

Correio das Artes

Ano II Número 53 SUPLEMENTO LITERÁRIO DE "A UNIÃO" Domingo, 17/12/1950



Vinheta de TINET

A Propósito De Historias Do Arco-Da-Velha

CELSE OTAVIO NOVAIS

NÃO devo dizer que me sinto perfeitamente à vontade para escrever sobre Juarez Batista. E isto me vem, menos da vontade de aplaudir o seu belo livro, as suas «31 Histórias do Arco da Velha», do que da nossa velha amizade de quatrocentos anos, que o tempo, passando e rolando, vai insistindo em tornar cada dia maior.

Creio que me sinto até meio acahado. Uma espécie de medo de elogiar, como se cada elogio a ser-lhe tributado se mesclasse a meus olhos como um desbragado favor de amigo. Amizade, às vezes, tem a inconveniência desses caprichos. Em última análise, porém, não encontro razão justa que me constranja de lhe ser favorável, desde que a exigência do valor ou do mérito, se torna para mim uma condição necessária de imparcialidade. Por outro lado, só não há relutância de minha parte, na crítica que por acaso venha a lhe fazer, pois neste caso, tenho certeza de que não precisarei disfarçar nenhuma intenção de julgamento inconfessavelmente bondoso.

Escrevo pois sobre ele, afastando velhos temores, satisfazendo antigo desejo meu.

Conheci Juarez ginásiano. Seria mais próprio escrever camoniano, pelo motivo ginásianamente forte, dele trazer na cabeça um canto inteiro dos Luziadas. Tomou o poeta de assalto, sofredamente, sentindo em suas possibilidades a enor-

midade do genio da raça, penetrando o mistério daquela beleza, completamente estranha e diferente para ele. Cultivou e amou aquela poesia heróica, que falava da conquista de terras longínquas e de «mares nunca dantes navegados».

TANKA

Narihira
sec. IX

*Ao romper do dia
eu quizera que a raposa
devorasse o galo
cujo canto intempestivo
fez ir o meu bem amado.*

Tsourayouki
384-946

*Como saberíamos,
acaso, o que a Primavera
oculta nos montes,
não viesse o arôma no vento
e pêt'las n'água flutuando?*

(De POEMAS JAPONESES — Trad.
de Eduardo Martins).

Mas pouco tempo depois, não obstante esse fervor sentido, fez questão também de calorosamente esquecer e prescindir o épico. Passou a querer filosofia. E foi um estudo de grossos volumes e livros enormes, numa ostensiva demonstração de superioridade intelectual, erudição e vastos conhecimentos. Como não podia deixar de ser, esbarrou na revolução do pensamento filosófico do século dezanove, topando-se com Hegel e Marx. Desde então, discute acirradamente, num honesto esforço de interpretação, o idealismo e a dialética histórica dos sistemas hegeliano e marxista.

E' assim que a memória me fez recordá-lo, nesta breve notícia que escrevo sobre ele, pintando tão desageitadamente, esse leve retrato de sua vida de moço.

Mas é sobretudo, de suas magníficas histórias do arco da velha que eu pretendo falar. Para dizer que elas refletem de uma maneira singularíssima a posição do autor, em face da vida literária de nossa provincia. Dizer de suas crônicas, o que se evidencia nelas, em sua forma e conteúdo excelentes, o aspecto de revelação positiva do fenómeno de transplantação literária. (Cont. na pág. 2)

FEDEROWSKI Nos Estados Unidos

GIL RAYMOND

OS Estados Unidos, através de suas instituições culturais e do intercâmbio educativo patrocinado pelo governo e por essas instituições, têm beneficiado estudantes de todo o mundo, com maiores vistas para a América Latina.

No setor da música, o Berkshire Music Center e a Juilliard School of Music se vêm destacando por essas iniciativas, dando a jovens de todo o mundo oportunidade excepcionais, mediante as bolsas de estudo que patrocinam, para o aperfeiçoamento das artes e culturas a que se dedicam. E á frente desses incansáveis batalhadores pela cultura dos povos se impõe, no terreno artístico, a figura grandiosa de Serge Koussevitzky, diretor do Berkshire Music Center e ex-diretor da Orquestra Sinfônica de Boston.

Eleazar de Carvalho, um nome consagrado no mundo artístico internacional foi um dos beneficiados pelos ensinamentos do grande mestre que é Koussevitzky. E agora, mais outro brasileiro, Bernardo Federowski, um jovem de apenas 20 anos, aperfeiçoa seus estudos de regência nos Estados Unidos.

Bernardo Federowski, nascido no Rio de Janeiro, iniciou seus estudos de violino no Conservatório Brasileiro de Música, em 1937, com o professor Lambert

Ribeiro. Dois anos mais tarde ingressou na Orquestra Infantil formada pela maestrina Joanidia Sodré, na qualidade de violino spalla, atuando várias vezes como solista da orquestra. Em

1942, iniciou seus estudos com a professora Paulina D'Ambrosio e em 1945 foi um dos fundadores da Orquestra Universitária, sendo o spalla da orquestra.

Inscrevendo-se num con-

curso promovido pela Orquestra Sinfônica Brasileira, instituído para a juventude, saiu vencedor, como solista do Concerto de Mendelsohn. Deu então início aos estudos de regência com o maestro Rafael Baptista e de composição com Paulo Silva. Foi medalha de ouro num Prêmio Alberto Nepomuceno, criado em homenagem ao grande compositor brasileiro. Foi então que Eleazar de Carvalho, em 1948, assistindo a um de seus concertos se interessou por Federowski, patrocinando-lhe uma bolsa de estudos no Berkshire Music Center, para regência, curso que teria a duração de seis semanas.

Carvalho convidou Jascha Heifetz, Igor Piatgorsky e Serge Koussevitzky para assistirem a um concerto do jovem regente; impressionados com a desenvoltura e o talento de Federowski, Koussevitzky resolveu oferecer-lhe uma oportunidade de reger a Orquestra do Berkshire Music Center, perante uma assistência de mais de 6.000 pessoas em Tanglewood. William Schuman, por seu turno, presente a esse concerto, se interessou também, concedendo a Federowski uma bolsa de estudos na Juilliard School, sob a condição de um exame de inscrição, no qual o jovem maestro obteve o primeiro lugar, dentre 50 candidatos. Foi aluno do conhecido maestro Jean Morel, que já esteve no Brasil duas vezes, sendo atualmente seu aluno na Juilliard School. Em Julho do corrente ano estava em Tanglewood na classe de regência e tocando simultaneamente nos concertos da orquestra. Por decisão de Koussevitzky foi o jovem brasileiro escolhido para ser um de seus três alunos, na temporada de verão.

A carreira ascendente do jovem brasileiro, produto de uma grande força de vontade aliada a uma vocação inata para a música, sofrerá naturalmente grandes progressos, sob a tutela dos grandes mestres que o dirigem.

A PROPÓSITO DE HISTÓRIAS DO ARCO-DA-VELHA

(CONTINUAÇÃO)

rário, que se origina na província, e que pelos motivos e temas explorados e superados, projeta-se para novos e distantes horizontes receptíveis. Por esta razão em suas páginas não se percebe o alcance provável do quanto ele será capaz ainda de fazer. Advém talvez dessa incerteza, o fato, em si perfeitamente razoável, de Juarez nem sempre se afirmar poderosamente, deixando de cumprir na proporção exata, o merecimento de todo o seu inegável e reconhecido valor.

Diz-se, às vezes, severo consigo mesmo, através de um certo esforço de auto-identificação, deixando-se trair involuntariamente por uma ânsia incontida, que o impele sempre para a frente, à procura de sua definitiva e verdadeira libertação. Não se deixan-

do jamais submeter sem condição, aos efeitos de quaisquer influências, não vacila de aceitar em seu critério de seleção, aquelas que possam contribuir efetivamente para dar a medida de sua força e capacidade, no advento deste novo cronista que acaba de nascer.

Aquele junho pessimista de suas páginas, nas quais, vez por outra, ele tinge de tristeza o desencanto dos outros, revela bem o homem que não ousa se conformar com toda e qualquer aceitação maior e covarde de tudo.

Esta geração que se formou nos últimos 20 anos, friza Zé Lins, traz no espírito a marca de servícias graves. Talvez não se queira dizer que ela nasceu predestinada para as mais débeis e frágeis resistências... mas seja como for, não consentimos na afirmação de que Juarez integre o derrotismo de suas fileiras. O seu livro aí está, compondo esplendidamente a expressão perfeita e sem alternativas de alguém que se impôs como uma exceção. Por isto a reação vem dele mesmo. Está nele mesmo, em suas páginas que são apenas uma sucessão de encontros diários com o mundo.

Vem talvez desses encontros o seu langor, dosadamente irônico, à moda do velho, criador dos Ecos de Paris.

Vem deles o desalento bandeiriano de suas reflexões.

(Conclue na pág. 15)

A União

Fundada em 1892 — Patrimônio do Estado

Diretor — DULCÍDIO MOREIRA

Correio das Artes

Direção de EDUARDO MARTINS

Redação e Oficinas:

Edifício da Imprensa Oficial — Rua Duque de Caxias
João Pessoa — Paraíba do Norte — Brasil

ESPIRITISMO E OCULTISMO

DILERMANDO LUNA

«...una mayor profundización en los problemas científicos conduce a interpretaciones transcendentales en donde ya non son las ciencias las que llevan la palabra.»

Clarence Finlayson

ENQUANTO o nosso mundo fôr habitado por homens não sujeitos ao prévio condicionamento psíquico, sempre existirão possibilidades para o misterio e para as fantasias e anarquias da alma. Somente quando os técnicos bio-químicos, exorbitando o seu raio de ação e de domínio — a natureza física — em conseguirem pelos processos da inseminação artificial, dos incubadores eletricos e das alterações do semen, a fabricação de tipos psicossomáticos padronizados a um fim pré-estabelecido, então o incognoscível deixará de ser o fundamental problema do homem, o que redundará também no seu próprio desaparecimento, para dar lugar definitivamente á Sociedade como finalidade em si mesma e, para a qual, os homens guardando as proporções, assumirão os papéis das abelhas e das formigas, nas suas determinações sociais.

Por outro lado, o homem atual, como homem de um periodo de crise, sentindo a inconsistência das suas crenças atávicas, busca novos caminhos de ligação com a Divindade, optando na maioria dos casos, pelas formas mágicas do pensamento, em substituição aos silogismos do racionalismo, explicando daí, Gustavo Vila, num inteligente ensaio A PSIQUIATRIA E A CULTURA, as nossas disposições atuais pela quirografia, grafologia, telepatia, etc. e mesmo pela toxicomania psicanalítica, achando com Amiel que as épocas de descrença são hercos de superstições.

Realmente, ambos têm

razão. A queda da civilização greco-romana foi acompanhada de um delírio platônico-místico (Jamblico-Filon, os discípulos de Plotino, etc) e o final da idade média com o desmoronamento da rigidez conceitual escolástica e os alvares da Renascença — época que só se extinguiu com a extinção das grandes monarquias em 1918 — foram propícios aos devaneios ocultistas num mixto de naturalismo religioso a que

se não furtaram, Kepler, da Vinci e Bruno.

O nosso tempo, como periodo de trânsito, não poderia se esquivar à lei do eterno retorno, fugir ao processo cíclico previsto por Políbio a quem Shotwell (1) na sua HISTORIA DA HISTORIA NO MUNDO ANTIGO, nega qualquer dote filosófico, renovado por Vico, séculos mais tarde e por Spengler e outros, contemporaneamente. Mas, perguntamos: — O que nos

parece um retrocesso e uma repetição, não representa um estado de transmutação e câmbio, plasmador de novas formas harmônicas da humanidade? E ainda, se aquilo que chamamos de mágico, evindencia-se como verdade e realidade, temos nós o direito de desprezá-lo e negá-lo em benefício de princípios racionais que muitas vezes não passam de simples hipóteses de trabalho científico?

Estas reflexões nos vieram a propósito da conferência ultimamente realizada na Faculdade de Direito do Recife, pelo dr. Bela Zsekely, porque nenhuma outra palestra do cientista europeu — mero divulgador para os «gênios» indígenas! — conseguiu um público tão atento como a que teve por tema e título, ESPIRITISMO E OCULTISMO.

De início, o Dr. Bela Zsekely toma posição ante o espiritismo, procurando estudá-lo com métodos rigorosamente científicos, aceitando os fatos chamados impropriamente ocultos, mas negando qualquer valor a uma religião e a uma ética fundada nas vidências e realidades dos vários fenômenos metapsíquicos, não sendo estranhável assim, que no desenrolar da sua palestra não haja citado nem uma só vez, a sistematização e a escatologia de Allan Kardec.

Distinguiu duas categoria nesses fenômenos, uma subjectiva (telepatia, clarividência, etc.) outra, objectiva (telekinesis, materialização) contudo, suas observações feitas sem muita originalidade, seguiram as experiências de Richet, de Lombroso, de Crookes, de Lodge e de Von Schrenck Notizing e, conquanto encontrasse uma explicação para os fenômenos de ordem subjectiva, acha que ainda não possuímos dados para a interpretação da materialização o que, não importa na impossibilidade de no futuro a humanidade vir a conhecê-la racionalmente, do mesmo modo, que



ESTUDO — de HERMANO JOSÉ

o mesmerismo hoje se explica como hipnotismo.

Assumindo a incômoda posição dos católicos ortodoxos — católicos para os quais seria melhor a inexistência dos místicos e estigmatizados, a inexistência de um S. Francisco de Assis, de uma Santa Catarina de Sienna, de uma Ana Catarina Emmerich no século XIX e de uma Teresa Neumann de Konnersreuth na atualidade e que, na maioria dos casos, olham para os estigmatizados como históricos, aproximando-se do protestantismo, já que nas seitas protestantes não medram as possibilidades de estigmatizações — deixou-se ficar num chocante e incoerente materialismo, negando qualquer revelação sobrenatural nessas materializações, naturalmente por temor de que a revelação signifique a destruição do dogma!

Muito mais interessante, pareceu-nos a sua aceitação e explicação da natureza mediúnica que embora, também falha de idéias originais veio não obstante, endossar uma teoria que anteriormente aceitávamos: — A cultura se por um lado, aumentou a nossa capacidade de dominar a natureza e possibilitou-nos no conhecimento intelectual das esferas metafísicas, ao mesmo tempo, debilitou o nosso poder de conhecimento e previsão intuitivos — aqui podemos notar a filiação do Dr. Zsekely às correntes irracionaisistas do moderno pensamento europeu (a alma de Klages, o orientalismo de Keiserling, a vontade de potência de Nietzsche, o vitalismo de Berdiaeff, a libido de Freud, o existencialismo de Kierkegaard, o misticismo de Unamuno, o anticristianismo e paganismo de Rosenberg, o élan vital de Bergson, etc). áquele irracionalismo que para Rudolf Otto, tornou-se um verdadeiro esporte, ao romantismo dos intuitos, de tão profundas consequências para o nosso tempo! — porque hoje para navegarmos precisamos da bússola, do sextante e breve, nenhum capitão sujeitar-se-á a comandar um barco sem que no mesmo

não es encontre o radar e outros aparelhos magnéticos. Entretanto, apesar de permanecer incólumes a qualquer progresso e aperfeiçoamento como bem demonstrou o apologista católico Jaime Balmes, certas aves emigram de um polo a outro e do oriente ao ocidente. — Ortega y Gasset aliás observara, comentando certa obra de que já não me recordo, a identidade das correntes migratórias das aves às grandes migrações humanas da antiguidade — retornando ao ponto de origem com absoluta segurança. Alguns quadrúpedes sem o auxílio dos sismógrafos, têm uma prévia noção dos abalos sísmicos, quando nem os advinhávamos.

A nosso ver, com a crescente mecanização da vida e masculinização da mulher, o instinto de maternidade será mais forte nas gatas (a mãe do meu gato Pilocas, é um exemplo) que nas mulheres, e estas, perdendo a sua precípua finalidade perderão também, suas peculiaridades intuitivas, a visão certa das contingências práticas, substituindo a intuição direta pela representação mental.

O médium porém, é um homem que não perdeu as qualidades ancestrais da espécie e alguns fenômenos ideoplásticos são explicáveis como resultantes da permanência em alguns seres humanos de dotes intelectivos e intuicionais que a cultura não extinguiu. Charles Richet, falava num sexto sentido para a elucidação científica desses fatos, hoje hipótese morta, quando sabemos que não são somente cinco os nossos sentidos, mas o duplo, e talvez mais.

Dai concluímos, que tais atributos sejam mais frequentes em homens primitivos e semiignorantes que nos supercivilizados e

refinados — há nos nossos médiuns do chamado baixo-espiritismo, capacidades interessantíssimas e dignas de melhor estudo; Rasputin talvez tenha sido um charlatão ou, talvez um possesso messiânico da Santa Rússia; o nosso Padre Pinto de Urucânia que em 1947 centralizou as nossas atenções e constituiu a luz para os desesperados, teve certamente num instante dado, poderes muito mais transcendentes que os nossos sacerdotes, doutorados em teologia (2) ou direito canônico.

O Dr. Bela Zsekely contudo, mostrou-se um espírito superiormente humilde, sem dogmatismo científico e sem a idéia preconcebida de ver em tudo fraude como Silva Melo, no seu MISTÉRIOS E REALIDADES DÊSTE E DO OUTRO MUNDO, dando crédito ao que, homens mentalmente superiores viram e que nós outros, pobres diabos intelectuais, negamos sistematicamente estribados em preconceitos que não são compatíveis nem com a inteligência nem com a ciência e, o que é digno de se salientar: sendo o Dr. Zsekely em muitos aspectos um adepto de Freud (recorda-se a sua 1ª conferência, A PSICANALISE DEPOIS DA MORTE DE FREUD), um homem que vê no artista um neurotico que ao invés de lutar contra si ou contra a sociedade, prefere criar um novo universo estético (PSICANALISE DA ARTE, 5ª conferência), e que viu na maioria dos líderes do extinto nacional-socialismo hitlerista, verdadeiros paranoicos e esquizofrênicos (INVESTIGAÇÕES PSICOLÓGICAS SOBRE O PROCESSO DE NEUREMBERG) não julga os médiuns como tipos neuróticos, quando geralmente os tomamos como

doentes mentais que inevitavelmente acabarão nos Hospícios — como inferiu, concluiu o Dr. Zsekely sua conferência reconhecendo, com Shakespeare que, há entre o céu e a terra, muito mais coisas para cujo conhecimento são inúteis teorias e estudos das escolas filosóficas, mesmo porque, como cientista honesto sabe ele que uma maior profundidade nos problemas científicos, conduz à interpretações transcendentais em que a ciência já não tem a última palavra como observa o metafísico chileno, Finlyson.

(1) Ortega y Gasset, em nota à sua conferência pronunciada há pouco em Berlim, DE EUROPA MEDITATIO QUAEDAM, reivindica para Políbio, a doutrina cíclica da História.

(2) Não se trata aqui de combater a teologia, no entanto, não concordamos por exemplo com Ortega y Gasset — o espírito europeu que mais profunda influência tem exercido no nosso pensamento — quando em DEFENSA DEL TEÓLOGO FRENTE AL MÍSTICO esquecendo o espanhol que ele o é e que nele vive, afirma que qualquer teologia pode proporcionar-nos maior quantidade de Deus que os clarões dos místicos. Para nós, pela perfeita liturgia beneditina, consegue-se uma maior comunhão e um conhecimento maior e um melhor conhecimento do Divino que através dos argumentos e da razão.

Ainda, cumpre-nos advertir, que estamos antes de acordo com a doutrina aristotélica-escolástica de intima — não identidade — relação entre o corpo e a alma que, com o cartesianismo dos espiritistas, isto é, a alma como um ser inteiramente independente. Para maiores esclarecimentos, pedimos atenção para os livros de Paul Slvek S. J., PSICOLOGIA METAFÍSICA e A PSICANALISE onde o leitor poderá encontrar melhores informações, sobre as interrelações da alma e do corpo.



P A I D A M I Ã O

Conto de JOÃO DA VEIGA CABRAL

— Benção, pai.

O velho Damião não respondeu de logo. Estava de enxada na mão, cavan-do a terra dura, no ar- ranjo de um leirão de ba- tatas. Era ainda de manhã- sinha. Pelos cajueiros, pelas macaibeiros, os passarinhos faziam o seu ofício. Mas o preto Damião já estava ali no seu roçado, suando, fa- zendo força no preparo das suas plantações. Batia com raiva num tóco de pau que lhe atrapalhava o serviço. Nem vira quando o filho se chegara para a banda dele. O cabra Totonho eri- gía a mão aberta, respei- toso.

— Benção, pai.

— Deus t'abencoe.

Damião resmungou a sua benção, deu outra pancada raivosa com o olho da en- xada no tóco renitente e olhou para o seu filho mais velho. Dalí, da beira do ca- minho até onde estendera o seu plantio, se avistava o casebre de palha onde mo- rava. Um cajueiro enorme cobria a casinha toda do lavrador, como um vasto guarda-sol de pano verde, com rasgões aqui e acolá. Perto, sob a sombra de uma cajazeira, o jumento «Faceiro» mastigava o seu almoço, inquieto com as mordidas das mutucas. O chocalho do bicho tocava sem parar. Damião olhava o filho, com olhos de des- confiança. Aquela visita, tão cedo, tão sem propósito, tinha coisa. Escorou-se ao cabo da enxada, com força. O corpo velho, magro e meio bambo lhe tremia um pouco, com o esforço que já vinha fazendo. Pela ca- ra mirrada de macróbio, pelo pescoço fino, pelo cou- ro escuro e engiado que se lhe colava às costelas, o suor descia grosso, como se ele tivesse acabado de sair de um banho. Damião não estava gostando da- quella chegada do rapaz, assim, sem precisão, em dia de trabalho. Havia de tra- zer recado bêsta da mãe, a velha Dadinha, e dos ir- mãos. Todos eles o tinham deixado sozinho, ali, no seu

roçado. Tinham ido embora para a cidade. Que ficassem por lá, que se danassem e não o viessem aperriar. Pelo caminho da casa gran- de de Mussurê, passavam burros carregados de car-vão, de cargas de palhas e de varas de cabuatan e de cocão. As pontas das pa- lhas roçavam pelo chão, levantando a poeira e fa- zendo um chiado de chuva quando vai começando a

cair. Os chicotes de ponta de linha zuniam, cortando fo- ar. O jumento «Faceiro» tocava o chocalho sem des- canço, agoniado com as mutucas. Damião olhava para o filho, desconfiado dele.

— Pai Damião, hoje é dia de folga lá na prensa de algodão. Eu aproveitei e vim tomar a benção a vos- micê. E trazer recado que

mãe Dadinha e os manos lhe mandaram.

De novo a enxada de Da- mião levantou-se e caiu, furiosa, sobre o tóco. O pe- daço de raiz agarrava-se à terra, teimoso. Era isso. A mulher, aquela velha doida, e os filhos queriam man- dar nele. E la despacha- vam o safado do Totonho, com ladainha, com peitica para a sua cabeça. Pai Da- mião tremia e gingava o corpo magro e meio bambo, batendo com fora de ódio no tóco renitente. As lascas de madeira saltavam aos seus pés. Bem já deviam saber que ele, Damião, não sairía dali da sua terrinha, do seu roçado. Que não dei- xaria a sua enxada por na- da neste mundo. Tinham ido embora, os filhos, para a cidade. Trabalhavam para os outros, feito criados, carregando peso na cabeça e levando grito de patrão. A maluca da mulher lá se fôra, também, atrás deles. Para morar com eles em Cruz das Armas, ganhando meia pataca em lavar as roupas dos ricos. Só não queriam saber era da ter- ra, da enxada, dos roçados, como ele. Parece que ti- nham vergonha da vida que tinham levado, em sua com- panhia. E queriam arran- ca-lo dali, do seu pedacinho de terra, dos seus leirões de batatas, da sua vida, do seu trabalho. Teimavam em leva-lo para morar com eles, em Cruz das Armas. Para que ele, um homem da enxada, acabasse os seus dias encangando grilo, como um preguiçoso. Credo. Só castigo. Santo Antonio ha- via de livra-lo daquele.

— Pai Damião — falou de novo o cabra Totonho, de manso, sorrindo, fazendo jeito de agradar o velho — vosmicê não se aborreça. Não se espinhe. Não venho dizer nada de ruim pra lhe aperriar. Tô fazendo mi- nha obrigação de filho. Sai em jejum, às três horas da madrugada, de Cruz das Armas, para tomar a ben- ção a vosmicê e lhe dar um recado de mãe Dadinha e dos manos. Só quero mes-



PRAIA DE TAMBAÚ

OSORIO PAES

TAMBAÚ das noites minhas,
Dos claros céus estivaes,
Das proclamadas lapinhas
Com dois partidos rivais.

Do candelabro da lua,
Desce o clarão que se espalha
Por todo leito da rua —
E acende os ranchos de palha.

Na voz da moça bonita,
O côco canta emboladas
E o bombo cavo palpita
No seio das madrugadas.

Parece benção divina,
A aurora quando desmaia:
Agreste odor de resina
Incensa os ares da praia.

O velho nauta bem cedo,
Enfuna com galhardia,
A branca vela e sem medo
Se faz rumo à pescaria.

Assim se passa o verão
Na praia de Tambaú:
Uma enganosa paixão,
Lapinha, samba e cajú.

A INFLUENCIA DE WAGNER EM ZOLA

mo fazer minha obrigação. A enxada se imobilizou. De novo o lavrador se arriou a ela, todo suado, a respiração puxada de um asmático. Preciso descançar um bocado para poder falar.

— Eu já sei o que tu vai dizer com o teu recado, Totonho. De vez em quando tu vem com as lezeira da tua mãe e dos teus irmãos, prá azucrinar a minha paciência. Te despacha, diz logo que eu tenho muito o que fazer.

Totonho deixara de sorrir. Olhava para o pai, penalizado dele. Tinha que falar sério com aquele velhinho já meio caduco, doente, já com um pé na sepultura, que teimava em morrer ali, abandonado, agarrado ao cabo de uma enxada. Daquele jeito ele não aguentava nem um ano. Pai Damião casara tarde, meio velho e ali, naquele roçado, fazendo e refazendo os mesmos leirões, plantando as suas roças, viera criando a família, dando de comer aos seus há bem quarenta anos. Aguentara as maleitas, comera fogo com uma febre maligna, sofria da maçã do figado, tinha a barriga empazinada, fazia um tempão que pegara uma tosse, um puxado que maltratava ele sem remédio. E ali, entra ano, sai ano, no cabo da enxada, quer chovesse quer fizesse sol. E a pensar, coitado, a dizer que aquela terrinha era dele. Uma caduquice de fazer pena, porque todo mundo sabia que aquele pedaço de terra pertencia a Mussuré. Os donos da propriedade é que gostavam dele, eram seus compadres e deixavam ele ficar por ali. E nunca lhe cobraram nada. E ele, era como se via, um macho no trabalho. Fora daquele, da enxada, não havia outro, para ele, que honrasse o braço de um homem. Era mania dele. Não tinha quem o tirasse daquele seu agarrado com a terra. Era que nem rabicho de homem caído por mulher. Mas era preciso dizer-lhe a verdade. Arrastalo dali, para junto dos seus filhos, da sua velha, para que ele não morresse feito um bicho, abandonado, sem ter quem lhe botasse uma vela na mão. Desta vez, tinha uma ra-

A INFLUENCIA de Wagner — diz René Dumesnil, — não se limitou somente ao movimento simbolista de que ele foi uma das causas: entre os naturalistas também nós a encontramos e André Coeuroy mostrou judiciosamente a extensão da mesma num artigo publicado na «Revue Musicale». Para os naturalistas essa influência se estende do «Ventre de Paris» e «La Faute de l'abbé Mouret» à «Fecondité» e «Terrains à vendre ou bord de la ruer» de Henry Ceadl.

Nessas obras não se trata de alguma alusão a qualquer episódio do drama wagneriano, nem de um comentário de qualquer página musical, é do próprio processo de composição empregada por Wagner que se descobre, a adaptação pelo romancista na composição musical. «Se observarmos bem de perto os romances de Zola — observa André Coeuroy — notaremos a adoção da técnica wagneriana. O sistema do «leit-motiv» torna-se visível. Em cada romance um grande «leit-motiv» percorre a narrativa acompanhado de outros pequenos, segundo os personagens e o meio: Paris e o Sena, em «Une Page d'Amour»; a catedral em «Le Rêve»; a eterna magua feminina em «La Joie de Vivre», e o crescimento do domínio cultivado pela família em «Fecondité».

Sem dúvida, Zola não tinha necessidade de Wagner para empregar esse sistema, mas a influência wagneriana exagerou nele a disposição nativa.

Outras vezes são curiosas transposições wagnerianas, como no «Ventre de Paris» a célebre sinfonia dos queijos. A princípio, a sinfonia é olfativa e visual; pouco a pouco a audição musical se precisa e a orquestra entra em cena.

Esse ensaio de transposição literária do processo de composição musical inventado por Wagner, Zola tenta-o mais largamente ainda em «La Faute de l'Abbé Mouret», em que a cena da morte de Albina é construída como a da morte de Isolde, na famosa ópera de Wagner.

Em «L'Oenore», Cagnière vê em Wagner «o deus em que se encarnam séculos de música».

zão muito dura que o venceria. Era preciso dizer-lhe uma coisa que havia de maltratá-lo muito.

— Pai Damião, venderam Mussuré. Mussuré não é mais dos seus compadres. O novo patrão vai botar pra fora todos os moradores velhos. Ou vosmicê vai embora, ou é enxotado daqui como cachorro. Mãe Dadinha manda lhe chamar de novo é mais por causa desse assucedido.

Damião ficou calado, o grosso beijo mole caído, assuntando aquela novidade. Mussuré fôra vendido. Não era mais do seu compadre Néco. Tinha novo dono. O patrão novo ia botar os moradores velhos para fóra. A raiva e o medo tomavam conta do coração do roceiro. Sentia-se dono, senhor daquele bocado de terra onde suára de enxada na mão há tanto tempo que já perdera a conta. Não havia

patrão no mundo inteiro que tivesse o direito de jogá-lo para fóra. Mas a força, a lei e a policia podiam fazer isso. Na sua meia caduquice, o lavrador compreendia que o seu direito não valia nada diante dessas coisas. Lembrava-se de historias que aconteceram a outros, naquelas condições. O patrão, quando quer, pode muito. Pode tudo.

A mão do preto tremia quando puxou do bolso das calças o cachimbo de cereja. Dos lados da ladeira da mata vinha vindo o canto chorado de um carro de boi. Vinha vindo, vinha chegando, cantando e gemento como a lamentação de um velho sofrimento sem cura. Um bando de urubús passou, voando baixo, de vagar, jogando sombras móveis, ondulantes, sobre os leirões do roçado. Tomava o rumo do paul que se estirava lá em baixo, para

as bandas da mata da «Cabeça do Negro». No terreiro da casa, o cachorro «Valente» começou a latir, furioso, correndo atrás das sombras feias que por lá iam passando. O jumento «Faceiro» pastava, agora, mais perto, sob o sol, afugentando as mutucas com o rabo. Uma galinha passou correndo, cacarejando baixo, por entre as pernas do burrico. Um galo cor de brasa partia, de crista acesa, para cima dela. Um solão forte já queimava como se fosse meio dia. O carro de boi vinha cantando mais perto, cobrindo todas as vozes da manhã com a sua choradeira uniforme.

Damião largara a enxada. Tremia, agora, com uma tremedeira de maleita. Nem conseguira acender o seu cachimbo. O filho ajudava-o, riscando fósforo sobre fósforo. Respirava muito curto, fazendo força para chamar o ar. O puxado cortava-lhe o fôlego. Totonho estava se arrependendo de lhe ter contado a verdade, assim, de repente. Mas tinha de ser. Tinha de fazer a sua obrigação.

— Tonho, meu filho, tu está me falando a verdade? Não me vem com mentira. Não me vem com mentira.

O cabra Totonho ergueu as mãos. Formou uma cruz com os dois indicadores e, com um beijo estalado, firmou um juramento solene.

— Tá jurado, pai Damião. Primeiro, quem me disse foi seu Néco. Ele não quiz lhe dar parte, para não lhe aperriar com pena de vosmicê. O dono novo é um gringo muito rico. Gringo não tem coração. Me falou prá eu mesmo, que sou filho, dar recado a vosmicê. Manda dizer que saia da terra dentro de um mês. Não quer mais morador antigo aqui, viciado a plantar roçado próprio, a vender cargas de varas, a fazer carvão como se fosse dono. Diz também que não quer fazer mal a vosmicê. Que pode levar o seu burro, as suas cabras e galinhas. Pode carregar os seus terém.

O roceiro viu a verdade nos olhos e nas palavras do filho. Era isso mesmo. Não tinha jeito. Não tinha arrumação. A desgraça estava feita. Tinha que aguentar. (Conclue na pág. 12)

A PROPOSITO DE LIVROS

OLIVIO MONTENEGRO

PELAS ultimas estatísticas sobre a bibliografia estrangeira nota-se, que, apesar da escassez de papel, o número de publicações não tem baixado nestes dois anos, nos grandes países da Europa. Tem, pelo contrário, aumentado.

gências implacáveis. Em literatura a facilidade no escrever não diz nada: diz é o escrever que valha como arte. Ou como uma segunda natureza, pela energia criadora e pelo poder de surpresa. Que a palavra

pelo seu conteúdo, a sua fonética, a sua posição, ou melhor, as suas conexões na frase ganhe um espírito como o das criaturas. Daí as imensas dificuldades da chamada arte de escrever. Porque ninguém im-

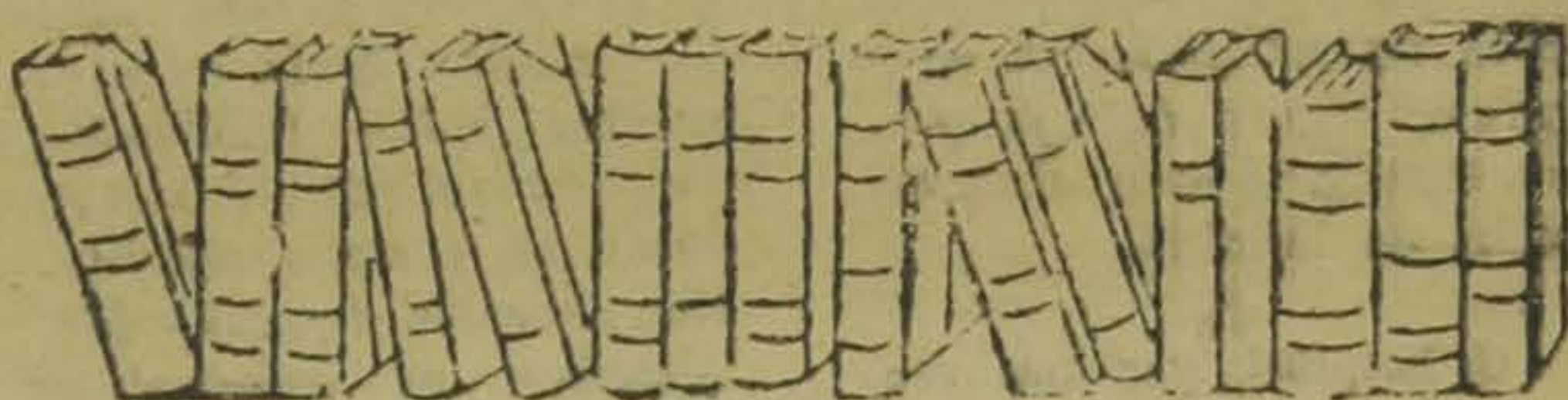
proviza o que é vivo, o que tem a palpação e o gosto penetrante do sangue.

Não importa o número de livros. Importa a vida que há neles; o que deles transborda em aspectos originais do homem e do universo. O papel é paciente e suporta tudo, mas quer-se é a palavra que queime o papel ou o transfigure. Emfim, quer-se a vida, mas a vida no seu estado puro, irredutível de verdade humana e que a literatura não refaz sem esforço, docemente.

Porque a verdade é que os Shakespeare são raros, os que nascem com esse poder divino, com o dom angelico de pensar e imaginar como graficamente: as idéias brotando deles já feitas coisa musical e sensível. A lei que na maioria dos casos comanda em arte é lei do esforço. Pascal por exemplo, que dá a tanta gente, pela fluidez do estilo, a impressão de ser o mais involuntário dos autores, o pensamento correndo da sua pena como a água da fonte, nunca foi o autor fácil que pareceu, chegando a copiar treze vezes, e corrigindo, como diz Gourmond, a rigir treze vezes uma das suas Provinciais. E não se contam os autores que dão a sugestão da maior facilidade no escrever, mas que na realidade trabalhavam a sua frase como se em cada uma delas pusessem o seu destino. Mesmo o divino La Fontaine e mesmo Chateaubriand.

E há casos mais rigorosos, casos como o de L. Sterne, dos que não se limitam a riscar, corrigir, melhorar, e antes destroem mais do que publicam: queimam mais espírito do que imprimem.

Essa humildade, porém, não chega para os autores menores. Não atinge os que se contentam em ser puramente autores, e a essa ilusão sacrificam muitas vezes o que existe de mais pessoal e vivo no homem.



QUAL DEVE SER A PROFISSÃO COMPLEMENTAR DO ESCRITOR?

UM jornal parisiense acaba de fazer entre escritores famosos inquéritos a esse respeito. De início estabelecia-se que um escritor sério não podia ganhar a vida com as suas obras, pelo menos no começo da carreira. As respostas foram as seguintes:

Philippe Soupault: Bibliotecário.

André Maurois: Uma profissão complementar? Sim, no começo da carreira. Qual? Médico (Duhamel); ajudante de notário (Balzac); jornalista (Dickens), porque estas são profissões onde se vê e aprende muito, mas qualquer profissão é boa para o jovem escritor quando o põe em contato com o real.

Georges Simenon: Para um estreante, todas as profissões são boas. Os maiores romancistas americanos foram trabalhadores rurais, colhedores de batatas, tipógrafos, carregadores, etc. Não acho que se deva começar pelo jornalismo. Ao contrário.

Maxence van der Meersch: A literatura não perderá nada se o futuro escritor mergulhar na realidade, na luta pela vida, antes de começar as suas primeiras obras. Isto lhe dará independência e um grande conhecimento dos homens. Mais tarde, se um verdadeiro talento se revelar, automaticamente ele deixará em segundo plano esta profissão, com a condição de não querer enriquecer com a literatura. Escrever não é uma profissão.

Paul Gadenne: Uma segunda profissão é indispensável para proporcionar ao escritor os contatos normais com os homens e com as coisas. Não é preciso dizer que esta profissão deve ser manual e deixar muitas horas livres por dia. Tampouco preciso acrescentar que tal profissão ainda não foi encontrada.

De todos os gêneros de escrito ainda é o literário que leva a palma sobre o resto, ainda é a poesia e o romance que batem a história, a sociologia, a filosofia, etc., sobretudo depois que a mulher se instalou na novela como no seu Eldorado. E' tal a torrente hoje de romances femininos que chegamos a nos inquietar com medo que a mulher já vá trocando pela literatura o seu antigo e volutuoso gosto do amor. Stendhal, mestre da arte de escrever e que também foi um grande mestre da arte de amar, manteve reservado e frio o seu coração com as mulheres literatas, com as Stael, que ele sentia em matéria de sexo, sofisticadas pela literatura. Hoje Stendhal encontraria dificuldade em fazer-se D. Juan, porque a profissão é que quase todas as mulheres são literatas: que têm uma novela escrita ou por escrever. Para não falar na poesia, que é outra zona da sua invasão. Mas talvez houvesse grande dose de cetismo nas reservas de Stendhal: há mulheres que conciliam divinamente a literatura com o amor, e o amor mais romântico e mais lírico, à maneira de Charlotte Bronte ou Elizabeth Browning. Apenas não são comuns, em verdade, esses casos. Digo entre aquelas escritoras, sobretudo, que não fazem da literatura um «flirt», e sim uma paixão. Estas, de fato, têm que sacrificar mais a arte do do que ao coração; ceder mais a inteligência do que à carne. Assim foi Virginia Woolf, parece-me E' que a arte verdadeiramente arte constitui uma forma de amor, e com todas as exi-

O DOENTE

ASCENDINO LEITE

ESSA impressão de que a morte era uma coisa real assaltava o doente através de vários detalhes. Em primeiro plano, o silêncio que parecia uma substância dutil, escorregadia. Metia-se pelos desvão do quarto. Repousava na extensão inerte do leito. Pesava na atmosfera geral como um grande soluço estrangulado. Olhando o céu lá fora, pelo retângulo da janela, Renato sentia o contraste das coisas. Não era preciso ver para crer. Estava se acabando. Lá fora é que se se achava a vida. E este silêncio era tão só a presença da parca, lhe rondando o corpo, á espera do suspiro final.

— Dalva, se eu morrer...
— começou.

A mulher se mexeu na cabeceira. Tricotava. Triste trabalho de velório, tão cruel para um moribundo que nem sequer fazia ruídos. Mas havia que velar o pobre ser até que ele se enregelasse no frio da morte. Ver uma pessoa extinguir-se, fanar-se lentamente, consumir-se sob a ação de uma aia qualquer de etiologia obscura, ver tudo isso sem remédio, Dalva não conseguia resignar-se.

— Não morrerás...

A esposa chorava interiormente. E o homem insistia:

— Estou condenado.

As palavras cortavam o silêncio. Dalva sentia que eram as últimas, pobres palavras sem brilho de um ser já descarnado, mais do além do que da terra. Ah, Senhor, esse misterioso estado de transposição, quando o homem ferido vê que lhe começa a fugir dos pés a terra e o vazio imenso principia a abrir-se para tragá-lo com a sua garra enorme, bem poderia lhe ser poupado.

— A inimiga me ameaça — murmurou o doente.

— Não tens inimigos — tornou a mulher, como se não o compreendesse.

— Fui bom, odiei os maus, amei os simples. E

tinha este inimigo oculto!

Dalva experimenta uma enorme piedade. Todavia, o homem luta. Quando se tem uma, duas, três esperanças, o combate muda de figura e o espectador pode muito bem consolar-se mesmo se o figurante é uma propriedade, uma captura de sua alma. Aqui, o lobo da morte fincava de mansinho as suas patas, seguro de sua presa. Renato já nada observava além do inimigo.

O hospital, por sua vez,

mergulha no silêncio. Tudo limpo, de uma brancura amarelada. Ninguém ousa gaguear a voz.

Só os médicos adotam uma conduta diferente. Nos seus grandes aventais, se movimentam pelos pavimentos. Entram e saem dos quartos dos doentes com uma razoável facilidade de gestos. Falam. Têm esse direito. Nada os alemoriza. Estão habituados com o ambiente de morte, desde os centros operatórios às salas de autópsias. Abordam as enfermeiras,

dão ordens e contra ordens. Talvez, no fundo, eles tenham a consciência de que ainda podem dominar a inimiga, domá-la, domesticá-la. Porque, na verdade, agem como se a vissem instalada ali, grande senhora, impavida, impertinente. As enfermeiras sussurram pelos longos corredores, cruzando umas com as outras, pra lá pra cá, semi-sonolentas.

Vez por outra, abre-se uma porta, um retalho de conversa ganha o corredor, uma frase, palavras:

— Agora é dormir...

Sem dúvida, referia-se a algum paciente insone. Deve ser angustioso para estes o lento desfilar das horas em claro, nesses quartos amplos de tetos altos, com a sua pintura de tons cinzentos, verdes, tão distintos dos suaves matizes que a vida utiliza lá por fora, nos jardins e praças, no luxo dos parques, pelos campos e lavouras.

Lá pela madrugada, Renato desperta do seu letargo. Sente-se por um momento como se a molestia o tivesse largado. Está lucido. Dalva repousa sobre uma chaise-longue, fatigada, as mãos sobre o colo, adormecida.

O doente parece assaltado por uma formal decisão de ir buscar a vida por onde quer que ela ande. Por isso constitui um detalhe novo em meio a sua semi-lucidez desvanecida o arfar manso dos seios da mulher, seu ressonar tranquilo. E aguça o ouvido: ruídos do elevador, que sobe e desce em seu movimento incessante, conversas em voz baixa, passos apressados, longe muito longe um businar de automóvel.

Na meia obscuridade do aposento, ainda enxerga os objetos, a cama, as cadeiras, tudo de uma alvura sem par; até os medicamentos se amontoam diante de seu olhar cortante.

(Conclue na pág. 14)



Desenho de EROS GONÇALVES

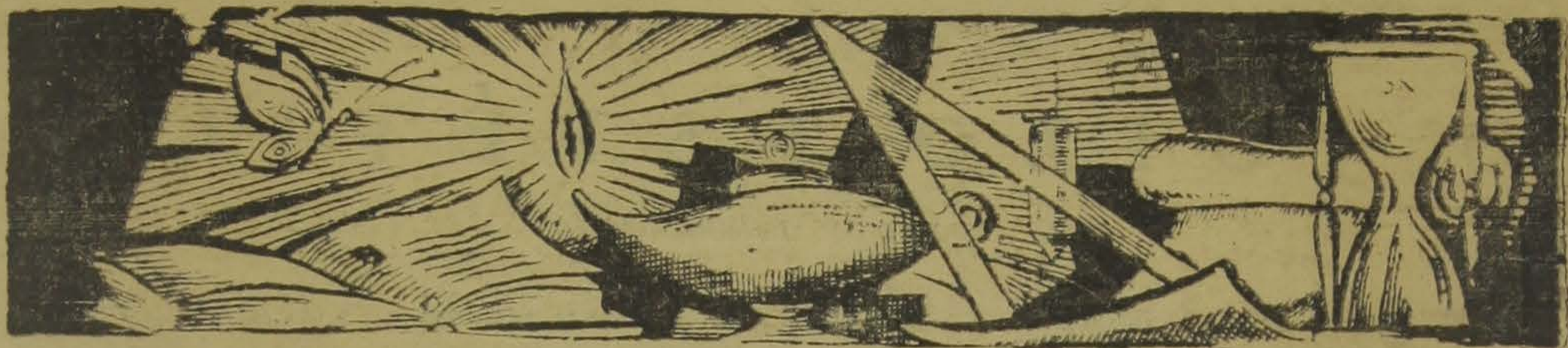


Ilustração de SANTA ROSA

ANELO

GOETHE

*S*Ó aos sábios o reveles,
pois o vulgo zomba logo:
quero louvar o vivente
que aspira a morte no fogo.

*Na noite — em que te geraram,
em que geraste — sentiste,
se calma a luz que alumia
um desconforto bem triste.*

*Não sofres ficar nas trevas
onde a sombra se condensa.
E te fascina o desejo
de comunhão mais intensa.*

*Não te detêm as distâncias,
ó mariposa! E nas tardes,
ávida de luz e chama,
vôas para a luz em que ardes.*

*“Morre e transmuda-te”: enquanto
não cumpres êsse destino,
és sobre a terra sombria
qual sombrio peregrino.*

*Como vem da cana o sumo
que os paladares adoça,
flua assim de minha pena,
flua o amor o quanto possa.*

(Tradução de Manuel Bandeira)



DE PORTUGAL

O JUÍZO ESTÉTICO

ADOLFO CASAIS MONTEIRO

AFIRMEI, anteriormente, que, para o crítico ou para o leitor, «a verdadeira liberdade está em saber julgar dentro de limites, isto é, não julgar apenas em função de um passado que julga conhecer, nem apenas de um futuro que julga prever».

Creio, achando justa as observações de alguns amigos, ter dito demasiado pouco para a importância do assunto. Daí esta tentativa de desenvolver aquêle ponto de vista. Entre outras observações que me foram feitas, pareceu-me importante, sobretudo, a seguinte: «Então, só o gosto será a base dos juízos sobre as obras do presente?» O gosto, isto é: algo meramente subjetivo, pessoal e demasiado movediço para sobre ele se assentarem juízos. Concorde e não concorde.

Em primeiro lugar, parece-me que esta expressão, «o gosto» é por demais traiçoeira. Quando digo «gosto» não significo o mesmo que dizendo «é verdadeiro» ou «é justo». Devo talvez concluir que por tal expressão entendo, portanto, a forma de juízo específico dos objetos estéticos, isto é, das obras de arte. Que dizendo «gostos» julgo uma obra de arte. Creio isto certo e legítimo. A verdade é porém que, normalmente (e na estética nada é mais normal que a impropriedade...), se usa da palavra com um á-vontade que lhe deixou pouca probabilidade de se usar com seriedade. Diz-se efetivamente que se gosta do que é doce, do que é cómodo, do que é agradável a toda espécie de sentidos (chega a dizer-se gostar dum remédio), o que, evidentemente, relega a palavra para o limbo. Mas não iremos concluir daí que não há juízos estéticos! O gosto é, com efeito, o «sentido do belo», e sobre este sentido assen-

tam os nossos juízos estéticos. É um juízo de valor... estético. Duma esfera irredutível a qualquer outra, cuja validade só poderá ser encontrada nela mesma. Daí para o meu amigo, como bom filósofo que é, a dificuldade de admitir que o «gosto» pudes-se ser considerado fundamento dum juízo.

Pois que outra coisa havia de ser, em se tratando duma obra de arte?

Acrescenta-se que esse juízo estético continua a ser a base dos juízos a fazer quando o nosso presente for já história, e ele é também a base dos juízos que fazemos sobre as obras do passado. Passa-se simplesmente isto: que o juízo histórico se acrescenta ao estético, quer dizer, que as obras do nosso tempo adquirem valores de outra espécie. Para sermos exatos, devemos acrescentar até que certos desses valores já lhe são atribuí-

dos, hoje mesmo, os de verdade, sobretudo, mas o seu valor é muito restrito, sobretudo por ser muito difícil encontrar quem, entre os que cuidam da verdade (isto é, os filósofos) saiba não sobrepor aos estéticos os valores da sua «especialidade».

Ao usar a palavra «especialidade» não pretendo fazer ironia. Temos quase todos uma especialidade qualquer. Vemos o mundo através dela, em função dela. O filósofo puxa a si a obra de arte, e outro tanto faz o religioso ou o político. E como é difícil ao crítico não ser, às vezes, o filósofo, o religioso ou o político! Sobretudo porque «esteta» se tornou uma palavra antipática, que quase toda a gente repete. De qualquer modo, o certo é que dificilmente o homem alcança não ser o especialista de alguma coisa. E como esse homem universal não se encontra, só há

a desejar que trate da arte, sobretudo, o seu especialista, chamemos-lhe crítico... ou esteta.

Creio que um esforço imenso está por fazer nos domínios da estética. Embora de sobreaviso contra a tendência que temos sempre, seja qual for a época, para desvalorizar o que se teorizou anteriormente, parece-me não estar em erro ao afirmar que o juízo estético continua a ser uma palavra com demasiado pouco sentido, ou com demasiados sentidos. Creio que a estética tem de ser definitivamente separada da filosofia — e muito mais necessário é curá-la da tendência a se aproximar da mística, aproximação que que não pouco tem contribuído para aumentar a confusão. Mas isto é divagar.

Falei atrás num «juízo histórico» que se acrescenta ao estético. Atente-se bem nisto: não se trata dum «juízo estético histórico», mas dum juízo histórico simplesmente. Porque a arte entra na história, e como tal passa a ter uma função. Mas a função estética de «Romeu e Julieta» não é exatamente o mesmo que a função histórica do teatro de Shakespeare. As obras tornam-se plurivalentes, tanto mais quanto mais universais — e sabemos aliás muito bem como isso as pode prejudicar. Ninguém melhor do que nós deve aliás, sabê-lo, porque Camões era português, e nunca o significado histórico duma obra foi mais prejudicial ao seu valor estético do que no seu caso. Creio desnecessário insistir.

Mas que é a obra de arte que surge dum dia para outro diante dos nossos olhos? Podemos nós dizer que ela «vai representar um grande papel na história»? Podemos supô-lo, e isto basta para não o devermos dizer. Mas sabemos que é bela.

(Conclue na pág. 15)

RETRATO

ARMANDO CORTES RODRIGUES

MEU corpo é água.

Onda que vai e que vem,

Abruçá, foga, não pára...

No fundo, mágoa.

Meus olhos, água.

Fundura do mar salgado,

Quem sabe onde tem seu fim?

No fundo, mágoa.

Minh'alma é água,

Que canta, que chora e fala:

Doce cântiga, das fontes,

Brando choro das ribeiras,

Marulho eterno das vagas...

No fundo, mágoa...

Manuel Tavares Cavalcanti

APOLÔNIO NÓBREGA

(Conferencia pronunciada na "Casa da Paraíba", do Rio de Janeiro, a 18 de novembro de 1950)

QUANDO em dias de junho último, após oito anos de ausência, fomos rever a terra natal, recebíamos na véspera da partida, honroso convite da diretoria da Casa da Paraíba, desta capital, para ser um dos oradores na sessão programada para 20 de julho seguinte e comemorativa dos últimos mortos ilustres do Estado.

Infelizmente, não nos foi possível comparecer, pois, devido ao retardamento do avião, na hora em que se efetuavam as respectivas solidades, descíamos de regresso no Aeroporto Santos Dumont, de bordo de um Bandeirante da Panair sem o tempo necessário para a ouvir os pregões dos meus conterrâneos.

A Casa da Paraíba, não é obra isolada. Fundada na patricios dedicados aos interesses do Estado, os quais, sem distinção de credos políticos e religiosos, poderão servir à causa comum, exercendo as próprias atividades nesta cidade. Acompanhamos os seus primeiros passos, tomamos conhecimento das preliminares reuniões e colaboramos na redação dos respectivos estatutos. Assim, fomos testemunha do esforço, tenacidade e zelo de devotação do grupo de conterrâneos a quem se deve a sua instalação. Como homenagem histórica de rigorosa justiça, é oportuno evocarmos os nomes de Demliro de Andrade, Salm de Miranda, Venâncio de Figueiredo Neiva, padre Luiz Gonzaga de Lira, Luiz Pinto, Aluizio Guedes Pereira, Severino Cabral de Campos, Sebastião Sebas, etc. a cujos esforços devemos principalmente este instituto de congratamento dos paraibanos.

Nunca e jamais deixamos de prestar à nossa terra e à nossa gente o concurso da mais modesta e leal assistência e fidelidade.

A imagem da velha Felícia de Nossa Senhora das Neves acompanhou sempre todos os nossos passos, nestes dez anos de ausência do

seu convívio diário. Toda via, razões de ordem sentimental, autorizam-nos a proclamar o desejo sincero de que estamos possuídos de ficar entregues agora, exclusivamente às cogitações honestas de nossas obrigações quotidianas.

Por duplas razões, portanto, abrimos exceção a este ponto de vista pessoal. E' que, vimos dar execução à palavra anteriormente empenhada e, em seguida, nos ocuparmos da personalidade do morto ilustre de 1º de abril do ano em curso, tão ligado à história contemporânea de nossa terra.

Bem podemos compreender a responsabilidade que assumimos neste momento, ao traçar o perfil de um homem da elegância moral

e mental de Manuel Tavares Cavalcanti sobretudo, quando a sua memória é reverenciada numa homenagem lidimamente paraibana.

Oriundo de tradicional família nordestina, era o dr. Manuel Tavares Cavalcanti filho do distinto casal Maria das Neves Pereira de Araújo Tavares Cavalcanti e João Tavares de Melo Cavalcanti, havendo nascido, em 16 de agosto de 1881, na então vila de Alagoa Nova. Honrou, com os florões da sua cultura, da sua inteligência e de nobres predicados morais a boa estirpe de que descendia, sendo de justiça salientar-se às memórias do seu pranteado avô, dr. Ma-

nuel Pereira de Araújo, chefe da política conservadora do antigo regime na sua cidade natal e a do seu inesquecível genitor, dr. João Tavares de Melo Cavalcanti, personalidade completa do homem de bem, magistrado, deputado provincial na monarquia, constituinte da primeira e da segunda Assembleias republicanas, vice-presidente do Estado e candidato à chefia do executivo na terrível luta que saiu vitorioso o desembargador Peregrino.

A educação de Manuel Tavares Cavalcanti — evocou a Celso Mariz em sentido necrologio — «sob essa base de tendência hereditária e altas inspirações morais, se fez lógica e fácil através do seu estágio doméstico, da preparação inicial de letras e de humanidades e do curso superior de Direito. Inteligência elevada e forte dedicação aos livros, ele se formou o que classificariamos uma boa cultura, pelo que sabia (e não sabia pouco) sabia de verdade e podia versar de pronto com erudição e segurança (in, «A União», Paraíba, 5 de abril de 1950).

Bacharel em direito pela famosa Faculdade de Recife, em 1901, foi aluno laureado e obteve premio de viagem à Europa, quando apenas contava vinte anos de idade. Documentando a vida academica de Tavares Cavalcanti escreveu, em «História da Faculdade de Direito do Recife», o douto Clovis Bevilacqua: «— Na Câmara Federal tem-se impostos á estima e consideração dos seus pares por seu talento, ilustração e caráter. Foi estudante muito distinto, a quem coube premio de viagem na sua turma».

Continua Mestre Clovis: «...Dentre os alunos que terminaram o curso em 1901, três se destacaram: Joaquim Inácio de Almeida e Amazonas, José Júlio de Freitas Coutinho e Manuel Tavares Cavalcanti.

Ainda que o número de



OSOM DO MAR — por MICHAEL AYRTON

notas de exames os colocas-
se no mesmo plano, exami-
nando a Comissão eleita as
provas escritas, propoz que
fosse concedido a Tavares
Cavalcanti o prêmio de
que se trata o artº 221 do
Código de ensino. A Con-
gregação assim votou» (in,
Vol. I, pág. 378).

Dedicando-se á advoca-
cia e ao magistério, bem
assim á vida de impre-
sa, trabalhou no «O Co-
mércio», dirigido pelo
combativo espirito de Ar-
tur Aquiles.

Era catolico de visão es-
clarecida e sentimentos
muito puros e elevados.
Não se pode ocultar, en-
tretanto, que em dias da
mocidade, quando a ima-
ginação é muito ardente,
mostrou a entãda simpatia
pelas teorias filosóficas de
Augusto Comte. Dados, po-
rém, os elementos precio-
sos de sua formação cristã,
esta simpatia durou pouco
e logo se desvaneceu.

Sócio fundador e secre-
tário da primeira Direto-
ria do Instituto Histó-
rico e Geográfico Paraibano,
Tavares ali pronunciou no
dia 15 de novembro de
1905, erudita conferencia,
na qual, afirmou que vinha
«a bordo do sarcófago que
encerra as cinzas da mo-
narquia brasileira, colher os
restos mortais deste passa-
do que é a vida da Paraí-
ba no regime imperial»
(in, «Rev. do Instituto
Hist. e Geogr. Paraibano»,
vol. I, 1905, pág. 39).

De fato, o operoso pes-
quisador esmerou-se, em
«peregrinação piedosa ao
Campo Santo do nosso pas-
sado», estudando o retraído
silêncio da Paraíba pela nos-
sa independência; as lutas
da Confederação do Equa-
dor, sem esquecer os «vul-
tos que traziam nas fron-
tes soberbos o fulgor olim-
pico dos raios de 1817»; as
causas do nosso indifferen-
tismo pelo afitado perio-
do do primeiro reinado e
da menoridade; o brado de
guerra de Antonio Borges
da Fonseca, na revolução
praieira de 1848; a nossa va-
liosa contribuição na guerra
do Paraguai; «a ques-
tão Religiosa» destinada
a roubar ao governo gran-
de parte do seu prestigio
e popularidade, na qual,

surge a figura máscula do
paraibano bispo de Olinda
D. Frei Vital Maria Gon-
çalves de Oliveira; a insur-
reição popular denominada
«Quebra-Quilos» que, des-
sabrochada na Paraíba,
aí fenecqu; os fenômenos
sociais da Abolição, para
atingir finalmente, o 15 de
novembro de 1889.

Também várias são as
figuras evocadas no aludi-
do trabalho, desde as de
José da Cruz Gouvêa, Joa-
quim Manuel Carneiro da
Cunha, Augusto Xavier de
Carvalho, Leonardo Bezer-
ra Cavalcanti, Felix Antonio
Ferreira de Albuquerque,
Maximiano Lopes Machado,
Joaquim dos Santos Leal,
Barão de Abiaí, Diogo Velho
Cavalcanti de Albuquerque,
João Florentino Henriques,
Padre dr. Lindolfo José
Corrêa das Neves, Padre
Mestre Inácio de Souza
Rolim, Aragão e Melo,
Vigário Marques, Manuel
Porfirio Aranha, Cordeiro
Senior, comendador Tomás
de Aquino Mindelo, Joaquim
da Silva, Manuel Pedro

Cardoso-Vieira, Albino Gon-
çalves Meira de Vascon-
celos, Daniel de Figueire-
do, Felizardo Toscano de
Brito, Maciel Pinheiro,
Aristides da Silveira Lobo
e João Coelho Gly Lisboa.

Uma vez que estamos
focalizando o historiador, é
hora de ser lembrado «E-
pitome da Historia da Pa-
raíba», um precioso livro
de 110 páginas, publicado
em 1914, sendo por deter-
minação expressa do Con-
selho Superior de Instru-
ção Pública, mandado ado-
tar nos estabelecimentos
de educação do Estado, vis-
to que, pela «simplicidade,
clareza, precisão e metodo»
veio «preencher uma das
grandes lacunas de que se
resente a nossa literatura
didactica».

Também, vamos encon-
trar em «Memória da Fun-
dação da Paraíba», lida na
sessão do nosso Instituto,
na data máxima do Estado,
no ano de 1906, uma das
suas melhores produções de
caráter científico e histó-
rico.

PAI DAMIÃO

(CONCLUSÃO)

tar aquilo como homem.
Negro velho não podia dar
o braço a torcer. Era um
macho de respeito. Aguen-
taria a remandiola de cara
enxuta. Pisavam o seu di-
reito. Enxotavam ele da sua
terra, daquele pedaço de
barro duro que não troca-
ria pelo mundo inteiro. Tão
pequena, tão mesquinha
que não faria falta nem a
um proprietário pobre. E o
novo patrão, homem rico,
que comprara léguas, que
possuía um reino, crescera
logo os olhos sobre aquele
chão de quintal. Tanta ter-
ra sem lavra pelo mundo,
pedindo homem como ele
para trabalhar. Mas ele teria
de abandonar o seu roçado,
sem ao menos poder tirar a
sua última colheita. Iria
para Cruz das Armas, para
a cidade, acabar os seus
dias contando historias de
trancoso para os meninos
ouvirem, enquanto a morte
não chegasse. Não tinha
arrumação. Não pediria
misericórdia a bandido ne-
nhum.

Damião abaixou-se, com
dificuldade. Levantou do
chão a sua enxada. Respi-
rava um pouco melhor.
Tremia menos. Reagia.

— Pai Damião, posso vim
buscar vosmicê no domingo,
depois de amanhã?

— Vem, Totinho. Vou
vender os meus bichos. Te-
nho de arrumar os meus
tróços.

De enxada ao ombro, o
roceiro caminhou para casa.
Andava a cambalear, dan-
do topadas, curvando para
o chão como se procurasse
alguma coisa que perdera.
O filho seguia-o, de cabeça
baixa.

No caminho, lá, agora,
passando o carro de boi do
mestre Marcolino. O car-
reiro gritava para os bois,
passando carão, como se
eles fossem gente. Com um
pesado carregamento de ma-
deiras, o carro se foi indo,
vagaroso, abafando os rui-
dos calmos da manhã com
a sua cantiga bruta, mono-
tona e tristonha.

Tavares, como muito de
nossos estudiosos, divergia
do ponto de vista dos que
advogam a data 4 de no-
vembro de 1585, como ten-
do sido a da fundação da
nossa terra. [Não resta a
menor dúvida de que ele es-
tava em boa razão e ótima
companhia. E' sabido que a
caravela de João Tavares
partindo de Pernambuco em
2 de agosto daquele ano,
atingiu três dias depois o
rio São Domingos (primiti-
vo nome do rio Paraíba) e
ancorou no pôrto da Casa-
ria, hoje Sanhauá, sendo
que em 4 de novembro se-
guinte, chegou Martim Lei-
tão para assentar os fun-
damentos e começo do po-
voamento da Paraíba.

Aliás, não é outra a im-
pressão colhida por histo-
riadores como frei Vicente
do Salvador (in, «História
do Brasil», pág. 304);
Varnhagen (in, Hist. do
Brasil, vol. I, pág. 493); do
jesuita Cristovão de Gou-
vêa, no «Sumário das ar-
madãs que se fizeram e
guerra que se deram na
conquista do rio Paraíba»
(in, Rev. do Inst. Hist.
Geogr. e Etnografico do
Brasil, 1873, pág. 49); Ca-
pistrano de Abreu, (in,
«Capítulos de História Co-
lonial», pág. 65), bem as-
sim, do nosso sempre lem-
brado historiador Irineu
Ceciliano Pereira Jofili (in,
«Notas sobre a Paraíba»,
pág. 170) e do não menos
ilustre e erudito historiador
Maximiano Lopes Machado
(in, «História da Província
da Paraíba», pág. 85).

Comissionado pelo gover-
no do Estado, representou
a Paraíba no VI Congresso
Brasileiro de Geografia,
reunido em 1919 na cidade
de Belo Horizonte, bem as-
sim, na Conferência de Li-
mites Interestadual, em
1920; na Conferência de
Ensino Primário de 1921;
no Congresso de Direito
Nacional, de 1949. Apresen-
tou, sugestivas teses ao 1º
Congresso Brasileiro de
Geografia e, divulgou no
número da Revista do nosso
Instituto (1949), criterioso
estudo intitulado «Resistên-
cias Paraibanas».

Em 1931, ingressou Ta-
vares no Instituto Histó-
rico e Geográfico Brasileiro
levado pela mão amiga de
Epitácio Pessoa. Naquela
(Conclue na pág. 14)

Os Imortais e a Justiça

LUIZ PEREIRA DE MELO

SALVO engano, erro ou omissão de nossa parte, pela vez primeira no Brasil, um intelectual pleiteia que o Judiciário o declare «imortal»...

E surgiu um mandado de segurança contra a Academia Mineira de Letras.

Considerando-se eleito, o candidato Joaquim Tomas de Paiva, não quer submeter-se a novo pleito para seu ingresso no cenáculo das letras na terra de José Antonio Nogueira.

Vejamos o ocorrido.

Reuniu-se a Academia Mineira de Letras a fim de proceder, através de eleição, ao preenchimento da vaga aberta pelo falecimento do professor Eugenio Rubião. Encontravam-se inscritos nada menos de quatro candidatos à vaga acima em apêço: srs. Joaquim Tomas de Paiva, Afonso da Silva Guimarães, Tenório Albuquerque e Valdemar Tavares Paes.

Anteriormente, porém, se inscreveram para aquela vaga, os srs. Sebastião Noronha e Otavio Dias Leite, os quais, depois de alguns dias, retiraram suas candidaturas.

Em assim sendo, permaneceriam de pé, os quatro candidatos acima relacionados.

Procedida a eleição e recolhidos os votos dos dezesseis acadêmicos presentes e mais os votos dos acadêmicos que os remeteram, acusando um total de trinta e cinco, verificou-se o seguinte resultado: Joaquim Tomas Paiva 17 votos, Afonso da Silva Guimarães 11 votos, Tenório Albuquerque 5 votos e Valdemar Tavares Paiva 3 votos.

A vista do resultado da apuração e em face com o disposto no Regimento Interno da Academia Mineira de Letras, o seu Presidente, dr. Heli Menegale declarou que — nenhum dos candidatos fora eleito, pois não alcançou qualquer delas a maioria absoluta de votos. Assim, de acordo com o Regimento, marcaria operativamente nova eleição, na

qual terão de ser votados somente os dois candidatos que no pleito obtiveram mais número de votos.

Consoante declarações

aos jornais de Belo Horizonte, o Sr. Joaquim Tomas de Paiva, o candidato mais votado, declarou que vai impetrar um mandato

segurança para garantir o seu direito à vaga deixada pelo falecimento do Prof. Eugenio Rubião.

Considerando-se eleito, não concorda com o critério instituído pela Academia. Alega a existência de flagrantes condições entre os Estatutos e o Regimento Interno da Academia Mineira de Letras, no artigo referente ao preenchimento das vagas. Segundo declarações do mencionado candidato, os Estatutos exigem para a eleição que o candidato obtenha maioria de votos, ao passo que o Regimento Interno prescreve maioria absoluta.

Que os 17 sufrágios recebidos pelo primeiro candidato mais votado, bastam, realmente para elegê-lo, consoante os Estatutos da Academia Mineira de Letras. O Presidente, porém, assim não pensa e já convocou nova eleição.

Esse critério é erroneo no entender do candidato Joaquim Tomas Paiva, para quem os preceitos do Estatuto devem prevalecer sobre os do Regimento Interno.

Será o seu principal fundamento de seu Recurso ao Poder Judiciário. Convém acentuar que o candidato eleito, já conta com preciosos Pareceres, de eminentes juristas, entre os quais o de Carlos Maximiano.

O Dr. Heli Menegale, em face das declarações peremptórias do candidato eleito, declarou a reportagem da imprensa mineira que, diante das afirmativas do candidato Joaquim Tomas de Paiva, constatou, realmente a divergência entre os Estatutos e o Regimento Interno do Academia Mineira de Letras.

Numa demonstração de absoluto reconhecimento aos direitos individuais, em face de tão flagrante divergência existente entre os Estatutos e o Regimento Interno, deliberou o Presidente «guardar serena,

[[Conclua na pág. 15]]

MENSAGEM A' PARAIBA

HERNANI BORBA

AI, quando outrora deixei a terra
Que pequenina me viu nascer,
Nos olhos d'alma que tudo encerra,
Saudades trouxe para o meu ser.

Trouxe a paisagem maravilhosa
Do sol poente naquela praça
De Santa Rita meiga e formosa
Que me acolhia com tanta graça!

Lembro a levada, lembro a Coruja,
Moendas velhas do Santo André
Onde eu traquinas com roupa suja
Brincava alegre, correndo a pé.

Inda hoje eu lembro, com que saudade!
Cantigas de Ana Franzina e boa,
Que me embalava na claridade
Da lua cheia de João Pessoa!

Terra querida, formosa e pura,
Das águas quietas do Sanhauá:
Por onde eu vivo não há doçura
Daqueles cantos de mãe Sinhá!

Se tu soubesses quanto eu lamento
Viver distante dos braços teus,
Vagando à toa no pensamento
Desde o meu triste primeiro adeus...

Por onde eu passo, por onde eu ando
Na terra estranha, por onde eu vago,
Eu sinto orgulho de filho, quando
Sei que me deste primeiro afago!

Ó Paraíba! conhece o filho
De quem o riso primeiro viste!
Já não tem louros, talento ou brilho
Na mesma face que agora é triste!

Pois já lhe falta ventura e glória
De estar vivendo sobre o teu solo!
Mas, todo o orgulho da tua História
Arde em su'alma como em teu colo!

Permite ao filho que te venera,
Já que o tiraram do teu regaço,
Morrer na terra da primavera
Depois de tanto mortal cansaço!

Ah! se eu pudesse viver de novo
Velhos amores junto à lagoa,
Na minha terra, junto a meu povo,
Nas belas tardes de João Pessoa!

Manuel Tavares Cavalcanti

(CONCLUSÃO)

secular instituição científica do país, — recordava há pouco, o Ministro-historiador Pedro Calmon — Tavares «tinha grandes afeições e um lugar privilegiado, quer pela constância de sua colaboração, sempre discreta e eficaz, quer pela extensão de seus conhecimentos, mal dissimulados na modéstia invariável em que os escondia» (in «Jornal do Comércio», Rio, 4 de novembro de 1950).

Tavares foi, também, romancista. Certa vez, para amenizar a nostalgia da terra distante e recordar paisagens e homens do nosso passado, escreveu «Felipéia», que é uma exaltação à Paraíba e aos que lutaram pela nossa formação e independência. A modéstia excessiva e quase criminoso do seu temperamento, privou-nos do conhecimento daquele romance-histórico, que continua absolutamente inédito.

Temos em nosso poder e será tornado público dentro de poucos dias o PREFÁCIO escrito em 28 de novembro de 1948 para «História Republicana da Paraíba», livro que estamos entregando à nossa terra e à crítica nacional.

Ouvimos o seu canto de cisne, que se deu há pouco mais de um ano, na Federação das Academias de Letras do Brasil, em duas excelentes conferências de excitação à Paraíba e aos paraibanos.

A vida pública de Tavares Cavalcanti foi digna e eficiente.

Desde cedo teve decidida inclinação para as lutas partidárias e nelas, seguindo a orientação paterna, acompanhou a política de Epitácio e de Venâncio Neiva, cujo Partido se encontrava em oposição.

Devido à aliança firmada, mais tarde, pelos seus amigos com os elementos situacionistas, passou em 1904, a apoiar Alvaro Machado, como um dos redatores políticos de «A União». Cooperando ativamente na orientação dessa folha, cujo espírito obedecia a visão do Senador Alvaro Machado, conforme minuciosamente relatamos no nosso livro «História Republicana da Paraíba» coube-lhe participar da de-

fesa do governo por ocasião da cisão de Gama e Melo, em 1907, tendo sido, então, nesse ano, eleito deputado estadual e, em 1909, chegado à Câmara Federal.

Dedicou, especial devoção ao magistério. Foi preparador do nosso querido Liceu Paraibano e, mais tarde, lente de Literatura do vetusto estabelecimento de ensino fundado pelo Presidente Manuel Maria Carneiro da Cunha, em 24 de março de 1836, onde também lecionou Noções de Direito Comercial e Economia Política, sendo mestre dos mais aplaudidos das histórias Universal e história natural do Brasil, inclusive da Paraíba, bem assim, cate-drático da Escola Normal. Ainda nos últimos tempos de vida, estava o velho lutador como professor de Direito de uma Escola Livre do Rio de Janeiro, tendo lecionado Direito Romano na Faculdade Católica, cercado pela admiração e apreço da mocidade carioca.

Durante o período constitucional de 1912/1916 — governos Castro Pinto, Antônio Pessoa e Solon de Lucena — exerceu Tavares as elevadas funções de Diretor geral da Instrução Pública e da Escola Normal, sendo Chefe de Polícia da gestão Camilo de Holanda. Colaborou, nesta época, no jornal «A Notícia», que foi fundado e dirigido por Celso Mariz e participado da redação de «A União».

Retornou à Câmara Federal na legislatura de 1921, sendo reeleito até 1929. Eleito Senador Federal, em 1930, com 31.967 votos contra 12.000 obtido pelo seu competidor, viu os seus direitos postergados devido aos acontecimentos políticos daquele ano.

Deixou o deputado Tavares Cavalcanti um nome dos mais respeitáveis nos annais do Parlamento Nacional. Líder da sua bancada, membro de várias comissões técnicas da Câmara, «não tinha a plástica nem os acentos elegantes do tribuno, mas dispunha da palavra fluente, conceituosa e correta do orador». Caracterizou-se na tribuna parlamentar nas campanhas de 1921 a 1929, principalmente, na agitada época desse último ano, defendendo o governo João Pessoa e a orientação do Senador Epitácio Pessoa na política nacional.

Não se pode esquecer um fato interessante na vida pública do nosso biografado. No mais agudo da luta armada de Princeza, o saudoso Deputado João Suassuna telegrafou ao Chefe da Nação e ao Senador Epitácio Pessoa apelando para os dois eminentes brasileiros promoverem a pacificação da Paraíba, lembrando como mediador o seu digno adversário dr. Tavares Cavalcanti «cuja elevação é por todos nós reconhecida».

Vitoriosa a revolução de trinta, o nome de Tavares Cavalcanti estava natural.

O DOENTE

(Concl. da pag. 8)

armas da saúde contra a doença rebelde. E aquele vidro de tintura amarga, que ele ingeria a custo, desejando que chegasse o fim.

Por ultimo, aquele retrato. Ah, queria tê-lo à mão, junto ao peito, a imagem da filha que não pôde vir, o outro ser em que se desdobrou com todos os refinamentos de um amor tardio, projecção de sua alma delicada e feliz. Murmura um nome:

— Selma!

Uma dor funda, obscura, lhe toca o imo, bruma de um porto distante, de um céu sombrio, para onde se transporta em transe; so-nolencia, embriaguêz, relaxamento, demissão de tudo o quanto lhe lembrava o dia, as manhãs, a natureza e a vida.

O episodio se consuma silenciosamente e Renato repousa a cabeça fria no travesseiro, novamente em letargo.

mente indicado pela Paraíba, para ocupar as mais elevadas posições políticas, no país. Não desejamos reviver as injustiças sofridas pelo operoso parlamentar das horas incertas da Aliança Liberal, a quem, após infatigável luta e amargas decepções, coube apenas o cargo de escrivão do juizado de menores desta capital.

Posteriormente foi promovido a 1º inventariante judicial do Rio de Janeiro. Como todo homem superior, Tavares soube enfrentar com elevação de sentimento as adversidades políticas. Ele próprio escreveu, no final do seu Prefácio à «História Republicana da Paraíba»: «— Absteve-me de comentar os últimos tempos, em vista da atuação que o destino me fez ter em toda fase que se prolonga de 1915 a 1930, cuja responsabilidade não fujo. Um dia talvez tenha de tratá-los com a mesma serenidade e isenção com que tracei essas páginas em que a paixão das lutas foi substituída pela saudade dos companheiros que se foram e veneração aos antigos nomes que exaltam o nosso passado». (pág. 27)

XXX

Muito propositadamente deixamos para estudo final, uma das facetas mais lindas da sua existência, que é justamente a vida particular.

Ligado pelo matrimônio, já em idade proecta, a distinta dama da melhor sociedade gaúcha, o dr. Tavares Cavalcanti deixou legado aos seus seis filhos as tradições de um nome ilibado, verdadeiro patrimônio de ordem moral e intelectual para a sua família e para sua terra de nascimento.

A Paraíba aqui está, numa hora de emotividade e de justiça lavrando a sua inapelável sentença: o dr. Manuel Tavares Cavalcanti foi um homem de bem a toda prova, que soube com dignidade, inteligência e espírito público cumprir plenamente a sua missão na terra, servindo de exemplo às gerações futuras.

V A R I A S

«POEMAS JAPONESES»

EM edição «Correio das Artes», acaba de aparecer «Poemas Japoneses» (tanka e haikai), tradução de E. duardo Martins.

Em prosseguimento ao nosso programa editorial «Correio das Artes», lançará, breve, «Os Incas», ensaio de Hilton Marinho e «Vida Parada», contos de Carlos Romero.

«DOCUMENTOS DO ARQUIVO»

PUBLICADO pelo Arquivo Público Estadual e remetido pelo seu diretor, escritor Jordão Emerenciano, recebemos da Secretaria do Interior e Justiça, de Pernambuco, o vol. III de «Documentos do Arquivo», referentes aos Presidentes de Província de 1820 a 1821, do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Livro de grande interesse para os que se dedicam ao estudo do nosso passado histórico. Feição gráfica excelente

«ATAS DA CAMARA MUNICIPAL DE GOIANA»

DANDO prosseguimento a transcrição dos Documentos do arquivo do Museu Regional de Goiana, o prefeito Lauro Raposo, vem de publicar mais uma série correspondente as atas da Câmara Municipal, «começando pelas mais antigas existentes no arquivo» e referentes aos anos de 1854-1855-1856.

Digna de elogios é a obra que vem realizando, no setor cultural, o prefeito Lauro Raposo, na cidade de Goiana, de tão gloriosas tradições.

EM separata da revista «Portugalia», acaba de aparecer a obra de Fernando Pessoa «Preconceito da Ordem», anotada por Alvaro Burdalo.

REEDITADO «DWIN DROOD» DE DICKENS

UMA nova edição de um velho livro está atraindo a atenção de todos, este mês. «The Mystery of Edwin Drood», foi o último trabalho de Charles Dickens e continuou inacabado até sua morte. Ele havia completado o capítulo 23 quando, sentado à mesa de jantar no dia 8 de junho de 1870, sofreu um desmaio, morrendo 24 horas depois sem recobrar os sentidos. «Edwin Drood» é, portanto, um duplo mistério: temos o mistério que ele quiz descrever, e o mistério do seu verdadeiro intento.

Muitas soluções foram oferecidas, sendo possível arquitetarse uma bem plausível partindo-se de pequenos dados que Dickens deixou escapar para o seu ilustrador, Luke Fildes, e para o seu biógrafo, John Forster. É uma história policial na qual não se encontra a graça exuberante e o sabor leve das primeiras novelas de Dickens. Conforme disse um dos que o biografaram mais recentemente, «Quando mais velho, menos inclinado se mostrava a aceitar a teoria da bondade natural do homem». «Edwin Drood», com seu cheiro e ruídos de males inomináveis, é muito mais capaz de manter uma criatura acordada durante a noite do que «Oliver Twist».

Esse famoso policial foi agora impresso na Coltern Library, em Londres.

OS IMORTAIS E A JUSTIÇA

(CONCLUSÃO)

mente a decisão do Mandado de Segurança.

A Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946, através de seu artigo 141, § 24, instituiu o mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado, por habeas corpus, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

Certa feita afirmamos nestas colunas e hoje repetimos que uma autoridade nunca sobe tanto no conceito público, quando se curva às decisões do Poder Judiciário. Idealmente só assim a autoridade se presta a opinião pública. No caso da apreço, o sodalício de Belo Horizonte retrocedeu em tempo, isto é, não realizou o segundo pleito anteriormente designado.

Achou mais prudente aguardar o veredito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No caso do manda-

do de segurança, o que determina a certeza do direito, é a exclusão do direito de outrem, sobre ele.

O direito certo é aquele que tem a seu favor a verdade. Por ventura o direito de Joaquim Tomas de Paiva não será incontestável?

Não se configurou uma violação do direito uma 2ª convocação para novo pleito, quando obteve a maior votação?

Uma emissora carioca, dá-nos a notícia de que os círculos literários e jurídicos mineiros, encontram-se em perspectiva, numa ansiedade natural, aguardando o resultado do Mandado de Segurança que está despertando grande atenção de quantos acompanham o desenrolar dos acontecimentos.

Vae o Judiciário declarar quem deve ser o «imortal» da Academia Mineira

O JUÍZO ESTÉTICO

(Concl. da pag. 10)

Não ganhamos nada com o significado histórico que ela possa vir a ter — mas como nós importa o seu valor estético! Quando em 1925, talvez, li pela primeira vez, versos de Fernando Pessoa, não me lembrei do que a sua obra poderia ir a significar, como expressão duma época.

Encontrava qualquer coisa de meu, qualquer coisa que ao mesmo tempo me rescobria e me enriquecia, que era meu não o sendo; o mesmo direi da descoberta da poesia de Sá Carneiro, e da de José Régio.

Essa visão sem perspectiva é o traço fundamentalmente característico da descoberta dos contemporâneos. Daí a minha referência aos «limites» do nosso juízo. Esse «valor em função de nada» é o que o homem apreende da arte do presente. Dizer é belo porque... não tem sentido. Mas o «porque» já tem sentido para a obra considerada historicamente, pois não ignoramos, por exemplo, «porque» a obra de Camões tem significado histórico.

Não empreguei uma só vez a palavra «intuição», não empreguei uma só vez a palavra «razão». Com alegria o digo: ainda bem. Quanto mais se puder libertar dos palavões (que os filósofos me perdoem) da filosofia, mais perto estará a estética da hora em que se constitua como ciência.

A PROPÓSITO DE...

(Concl. da pag. 2)

Deles se recolhe o encanto e a poesia triste, a beleza final de todas as suas histórias.

«... tal como, na infância, se designa tudo o que é fantástico e remoto, e que vem do fundo do passado, coberto com o seu manto de poeira e incertezas».

GARCÍA LORCA

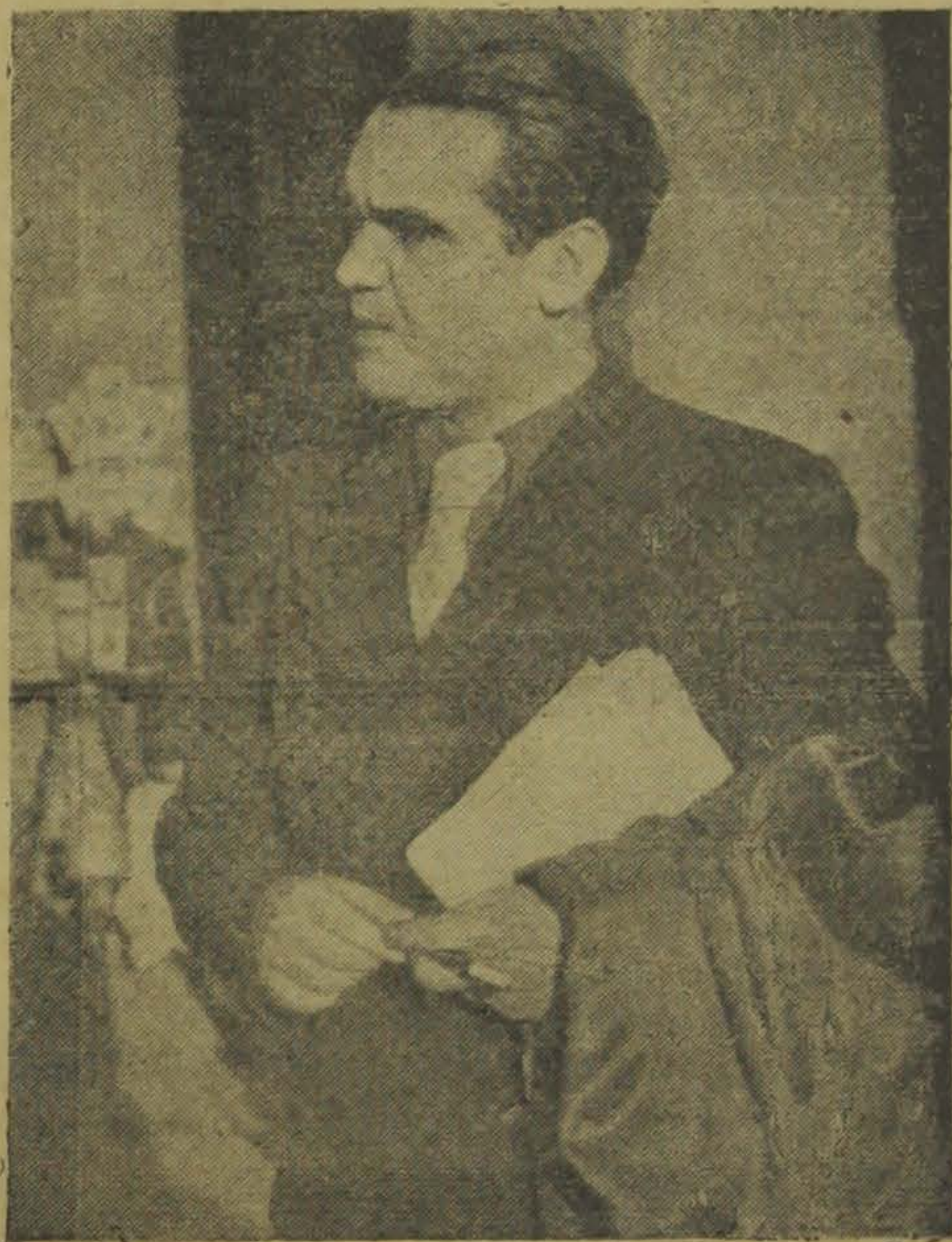
JOÃO LELIS

A OBRA de Federico Garcia Lorca é ainda pouco conhecida entre nós. Somente de há poucos anos é que seu nome, circundado por uma legenda de sacrifício, — legenda dolorosa que cada dia mais lhe alça a glória — começou a ressoar nos nossos ouvidos, antecipando-se a uma consagração de que o tempo (e só ele é que se torna o juiz inapelável) — tanto tem aumentado e consolidado. Agora, passados quinze anos de sua morte tenebrosa, de seu martírio, martírio tanto mais significativo para ele quanto deprimente e enodoante para os seus carrascos, é que a sua voz se alteia e se espalha pelo mundo da arte com toda a vibração de uma alegoria espiritual. Após seu nome vem sua obra, aos poucos se tornando conhecida e entendida além da sua Espanha querida de onde poucas e rápidas vezes se afastou. Não é mais um inédito nas terras estranhas e a atenção espiritual das elites se volta curiosa para sua obra poética e teatral. Pois Garcia Lorca não foi somente poeta, mas sobretudo um revolucionário do teatro, tanto assim que se diz, sem receio de contradição, haver um teatro de Garcia Lorca. No Brasil o nome desse andaluz de talento e sensibilidade está se tornando um eslôgan da nova tendência literária no tocante ao verso introspectivo e ao teatro subjetivo ou de imaginação. Um teatro muito diferente daquele realizado por Karel Capek na sua «A doença branca», cujo sucesso, na própria Espanha, alistou para seu nome uma multidão de admiradores. A diferença é exuberante entre os dois, embora ambos tenham a semelhança das idades em que

venceram a frialdade da inteligência circunjacente. Também distinguem-se porque Capek é um teatrologo de tese, e a obra que empreendeu está marcada com um destino coletivo, social. Lorca afastou-se desse itinerário, ou melhor não quis saber dele. Entretanto, se Garcia Lorca, como artista, foi estranho aos conflitos sociais, tornou-se vítima deles, enquanto o outro, combatente ardoroso e irremovível das ideologias poli-

ticas, morreu de doença, de uma doença que trazia desde o berço. Embora houvesse buscado temas na vida de seus compatriotas, na sua terra natal, na sua pátria, Garcia Lorca fez do regional um universal, e daí a superposição de sua obra às fronteiras geográficas. Sobre o teatro, dentro de uma fase de profunda e alastrosa decadência lançou este clarão para os outros: «o teatro é a poesia que se ergue do livro e se faz hu-

mana». E' a poesia na sua forma antropológica mais vasta. E' a vida, enfim, Alfredo De La Guardia, num substancioso estudo debulha a obra bi-facetada do autor de «Mariana Pineda» — com seriedade, equilíbrio e profusão analítica. Este livro não é somente uma biografia do homem que os falangistas da península fuzilaram numa noite escura de revolução. Estende-se no apreciar o fenômeno Lorca e condensa nas poucas páginas, e muito sinceramente, a terra, o poeta, a poesia e o drama, para apresentarnos um quadro tinturado com cores justas, nítidas, brilhantes. E' uma exposição e uma compreensão baseadas entre outras circunstâncias, de haver convivido com o autor de «Bodas de sangue», apreciando-lhe o trabalho sempre saturado de música, isto é, anexado ao ritmo musical, como o fazia Goethe, para que a poesia contivesse, de fato, o ritmo e a eufonia do sentimento representado. Os que estudam a obra de Lorca não sabem ainda, ou melhor, não podem distinguir em qual das duas facetas o espírito do espanhol mais se achegou ou preferiu: se na poesia como expressão emocional do povo, ou se no drama, em que a tragédia dos sentimentos se expandiu em revelações geniais. Isto, aliás, é um defeito do não conhecimento completo e mais largo do autor de seu trabalho. Mais adiante, há de surgir a diferenciação, e então, melhor estudado, melhor compreendido e melhor admirado, a crítica dirá se o teatro exuberou o poeta, ou o contrário. O certo é que como um e como outro, Garcia Lorca foi digno filho da estirpe de Lope de Vega e Pedro Calderón de la Barca.



FEDERICO GARCIA LORCA